cultura se apresenta em condições que se reputam favoráveis, antecipa-se para 1 de Março o início do período estabelecido no decreto n.º 16:084, de 29 de Outubro de 1928, como sendo o ano industrial.

Vai-se assim, tal como no ano anterior pelo decreto-lei n.º 33:550, de 23 de Fevereiro de 1944, ao encontro do desejado pelos exportadores de vinhos da Madeira e por todos os que utilizam o alcool e a cana nas suas actividades.

Atende-se também, desta forma, à carência de alcool que se verifica e facilita-se a utilização da cana que tenha atingido a necessária maturação.

Tendo-se em conta que é de manter o princípio, já seguido, de se dar preferência ao fabrico do açúcar e considerando que não é de prever uma colheita de cana superior à do ano antecedente, não se alteram as proporções da sua distribuição para as aplicações industriais a que se destina.

Mantendo-se as razões que levaram a estabelecer o regime de concentração para o fabrico de aguardente, que tem vigorado nos últimos anos, continua a seguir-se essa orientação.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada no ano industrial de 1945-1946 a antecipação para o dia 1 de Março do início do ano industrial, fixado no decreto n.º 16:084, de 29 de Outubro de 1928.

Art. 2.º A quantidade de cana sacarina a produzir na Madeira no ano industrial de 1945-1946 é prevista em 37:000 toneladas.

À indústria de açúcar e alcool serão reservadas 34:000 toneladas. Das restantes destinar-se-ão 2:800 à produção de aguardente e 200 à de mel.

Art. 3.º A cana eventualmente em excesso sobre a previsão da colheita será destinada, até à concorrência de 1:000 toneladas, à produção de aguardente e, no que exceder este número, à indústria de açúcar.

Art. 4.º A cana oferecida para os fins industriais indicados nos artigos anteriores não poderá ser adquirida por preço inferior ao preço legal.

Art. 5.º A quantidade de açúcar que se verifique exceder o consumo local, descontado um mínimo de 250 toneladas de reserva efectiva para o mesmo consumo, poderá ser importada no continente em regime livre.

Art. 6.º É prorrogado durante o ano industrial de 1945-1946 o disposto no decreto-lei n.º 32:788, de 10 de Maio de 1943, que suspendeu durante o ano industrial de 1943-1944 o preceito estabelecido no § 2.º do artigo 5.º do decreto-lei n.º 23:847, de 14 de Maio de 1934, que obriga ao rateio entre as fábricas existentes da quantidade de aguardente a produzir, ficando a Direcção da Alfândega do Funchal autorizada a manter, como nos últimos anos, o regime de concentração industrial que reputar mais conveniente para obter o melhor rendimento na produção.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Março de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz* — *Augusto Cancela de Abreu* — *Marcelo José das Neves Alves Caetano* — *José Caetano da Mata* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 34:425

A experiência colhida através de sete anos de funcionamento da Inspeção de Construção Naval aconselha a substituir por um agente técnico de construção naval os dois desenhadores que nela deverão prestar serviço, nos termos do artigo 15.º do decreto n.º 28:414, de 12 de Janeiro de 1938.

Nestas circunstâncias:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O artigo 15.º do decreto n.º 28:414, de 12 de Janeiro de 1938, passa a ter a seguinte redacção:

Na Inspeção de Construção Naval prestarão serviço um agente técnico de construção naval, dois escriptorários e um contínuo ou uma praça da armada, de preferência da reserva da armada.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Março de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 34:426

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a 7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a satisfazer, em conta da verba inscrita no artigo 49.º do capítulo 7.º do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o corrente ano económico, as quantias abaixo designadas, provenientes de despesas de anos económicos findos e que excederam as respectivas dotações orçamentais:

Ao Embaixador de Portugal em Londres, Domingos de Sousa Holstein Beck — Libras 40-0-0.

Ao Embaixador de Portugal no Vaticano, António Faria Carneiro Pacheco — Francos franceses 7:79,00.

Ao primeiro secretário de legação José Weinholtz de Bivar Brandeiro — 4.154\$30.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Março de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz* — *Augusto Cancela de Abreu* — *Marcelo José das Neves Alves Caetano* — *José Caetano da Mata* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.